



## O FILME COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE FILOSOFIA

Diego Augusto Doimo<sup>1</sup> - SEESP  
Raimunda Abou Gebran<sup>2</sup> - UNOESTE

Grupo de Trabalho - Didática: Teorias, Metodologias e Práticas  
Agência Financiadora: não contou com financiamento

### Resumo

É perceptível que as mudanças advindas de uma educação cada vez mais diversificada em seus contextos sociais e culturais exigem do professor repensar a sua ação na busca de adaptações ao novo cenário, e que ele seja capaz de promover transformações que possam conduzir o processo educacional a uma melhoria na aprendizagem. Nessa perspectiva, esta pesquisa teve como objetivo analisar o Cinema como recurso didático utilizado para apoiar o Ensino de Filosofia no Ensino Médio, possibilitando pensar a ação docente por meio de roteiros de aula com o uso de filmes. A sua relevância justifica-se pelo fato de que o processo educativo escolar requer que o professor crie novas estratégias de ensino e utilize recursos diferenciados, buscando uma aprendizagem que seja favorável à compreensão de mundo e a reflexão crítica dos alunos. A metodologia de estudo contemplou uma abordagem qualitativa por meio de análise bibliográfica e estruturação de roteiros de aula. Os resultados apontam que além de contribuir para a reflexão filosófica, os roteiros de aula podem suscitar novos olhares para uma educação transformadora, promover melhorias na prática docente e preparar cidadãos conscientes para que sejam autores da própria mudança. Com isso, espera-se que a pesquisa possa contribuir para a sistematização do uso do Cinema na sala de aula e suas possibilidades de aplicação para apoiar o Ensino de Filosofia no Ensino Médio por meio de um direcionamento didático que pode se fazer presente nos roteiros de aula, reafirmando sua importância enquanto recurso disponível e acessível ao professor.

**Palavras-chave:** Ensino de Filosofia. Cinema. Recurso Didático. Roteiro de Aula.

### Introdução

As Ciências Humanas sempre se ocuparam com problemas pertinentes ao ser humano e suas relações com o mundo, conduzindo pesquisas que, juntamente com as demais áreas do

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação: Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) – Presidente Prudente/SP. Professor Coordenador Pedagógico da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP). E-mail: diegodoimo@uol.com.br.

<sup>2</sup> Doutora em Educação: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas/SP. Professora e Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). E-mail: ragebran@hotmail.com.

conhecimento, mantiveram o propósito de afirmar sua contribuição histórica, social e científica.

A Filosofia como área do conhecimento pertencente às Ciências Humanas ainda enfrenta inúmeros desafios para que realmente possa ocupar um espaço considerável nos currículos escolares do Ensino Médio, no intuito de oferecer aos alunos a possibilidade de desenvolverem suas potencialidades e autonomia intelectual, além de contribuir para a formação ética, estética e política, tornando-os cidadãos mais conscientes da realidade.

De um lado, a Filosofia pode oferecer a apreensão de competências e habilidades conduzidas por situações de aprendizagens constantes nas propostas curriculares. Para tanto, justifica-se que o aluno pode e merece ter aula de Filosofia, para desenvolver as possibilidades de pensamento que essa disciplina pode proporcionar, pois também é por meio dela que se abre espaço para uma metodologia filosófica que possa ser capaz de dialogar com o conhecimento, com a reflexão e com a produção intelectual do aluno.

De outro lado, o Cinema pode construir uma visão crítica e reflexiva por meio do uso de filmes que se apropriem de uma linguagem metafórica capaz de associar temas filosóficos à imagem em movimento. Sendo assim, o uso dos filmes no contexto educacional como recurso didático não é algo novo, porém, carece direcionamentos acerca das possibilidades de aplicação em sala de aula por meio de atividades projetadas e pensadas antes, durante e depois da exibição, reforçando assim, a necessidade de se explorar o assunto.

Com isso, a problemática da pesquisa se centra na seguinte questão: Quais as potencialidades educativas do Cinema quando utilizado como recurso didático no Ensino de Filosofia? Nesse sentido definiu-se como objetivo geral analisar o Cinema como recurso didático para apoiar o Ensino de Filosofia no Ensino Médio, possibilitando pensar a ação docente por meio de roteiros de aula com o uso de filmes.

Os roteiros de aulas, por sua vez, contemplam as atividades relacionadas ao uso dos filmes, e seguem estruturados a partir dos seguintes elementos: parte informativa, interpretativa e formativa; como forma de garantir informações básicas a respeito do filme que será exibido, direcionar o olhar do aluno para questionamentos que o levem a refletir filosoficamente e, ao mesmo tempo, situá-lo no contexto temático da aula.

### **Filosofia no Currículo do Ensino Médio: breve histórico**

O retorno da Filosofia, ocorrido de maneira gradual a partir de 2005 no Currículo do Ensino Médio, representa uma responsabilidade quanto à contribuição de seu ensino para a

formação integral e cidadã de muitos jovens, que, tendo seu primeiro contato com esta disciplina ainda na educação básica, poderão experimentar um mundo de possibilidades que vai além dos bancos escolares, levando consigo conhecimentos filosóficos significativos para a vida, obtidos a partir da reflexão e sistematização de ideias e conceitos desenvolvidos durante as aulas.

Em um rápido pensamento, poderíamos até expressar a ideia sobre o seu retorno aos currículos escolares, simplesmente afirmando que a mesma conseguiu plenamente a atenção merecida: ser compreendida como uma disciplina essencial para a formação humana. Porém, contrariando essa proposição, ao longo dos tempos o que se verifica, é que a Filosofia sempre buscou e lutou para conquistar seu espaço e reconhecimento na educação brasileira que, outrora, foi ignorada em decorrência de aspectos ideológicos e políticos vivenciados pelo país, descartando seu propósito crítico, reflexivo e formativo nos ambientes escolares.

O limiar dos estudos filosóficos pode começar a ser percebido na educação brasileira logo no período colonial, mesmo que de modo ainda restrita, onde, segundo Pupin (2006, p. 27), “o ensino se dirigia aos chamados “homens bons”, ou seja, àqueles que pertenciam ao segmento senhorial e que detinham a propriedade da terra e da qual se excluía os índios, os negros e os pobres”, e que advinda com a Companhia de Jesus no século XVI, propunha o estudo da Filosofia e da Teologia junto às Humanidades, tendo como base as matrizes de pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.) e de São Tomás de Aquino (1225-1274).

Posteriormente, no período imperial, o que se observou, de acordo com Pupin (2006, p. 36), foi que “sob a influência da penetração do positivismo, no Brasil, ocorre a reforma Paulino de Souza, em que novamente, no currículo, a ênfase maior é para as Ciências em detrimento das humanidades”. Tal fato evidencia que o pouco espaço que a Filosofia já ocupara nos currículos secundaristas acabara de ser reduzido, sendo substituída pelos estudos da Física, Química e História Natural.

Mesmo algumas décadas após a Proclamação da República em 1889, é percebido que a Filosofia ainda encontrava percalços em recolocar-se nos currículos escolares, pois, para Horn (2000, p. 18), “o ensino da filosofia, desde o Brasil colônia até hoje, nunca teve um lugar definido no currículo escolar. Somente a partir dos anos 30 essa matéria passou a disputar e ocupar seu espaço ao lado das outras disciplinas”. Sobre essa visão, percebe-se que houve um percurso tardio para que a mesma ocupasse lugar ao lado das demais disciplinas nos cursos regulares.

Diversos foram os momentos no qual a Filosofia perdera a oportunidade de se firmar como disciplina escolar em caráter obrigatório, dificultado ainda mais durante o período do regime militar, que impôs demasiadamente uma educação opressora, sem qualquer abertura para que as ideias pudessem ser dialogadas, o que mais uma vez veio a prejudicar o acesso e possibilidade de se exercer a reflexão e o pensamento filosófico nas escolas brasileiras.

Cabe lembrar também que, apesar da LDB 9394/96 representar um marco de extrema relevância para o reconhecimento da Filosofia, ainda não foi o suficiente para que a mesma atingisse o patamar desejado nos currículos escolares, fato este que poderíamos apelidar de “reconhecimento velado”, ou seja, é como se nos dissessem “reconhecemos, mas não lhe daremos o espaço devido para tal”.

Somente no ano de 2006 o tão sonhado desejo e necessidade de que a Filosofia se tornasse obrigatória no Ensino Médio, começou a se firmar, a partir do Parecer do CNE/CEB 38/2006. Após diversas discussões colocadas em pauta no Parecer supracitado, foi no ano de 2008 em que realmente as mudanças se concretizaram quanto à estrutura curricular das escolas, promovendo, de fato, a inclusão legal da Filosofia e da Sociologia nas três séries do Ensino Médio por meio da Lei Federal nº 11.684/08, que alterou o art. 36 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), tornando-as disciplinas obrigatórias nos currículos escolares do Brasil.

Sobre o episódio, Rodrigo (2009, p. 1) reforça:

No dia 2 de julho de 2008, o presidente da República em exercício, José Alencar, sancionou a lei que torna obrigatório o ensino de filosofia e sociologia nas escolas públicas e privadas de nível médio. Trinta anos após ser eliminada desse nível de ensino, a filosofia retorna a ele como disciplina obrigatória em âmbito nacional, com lugar garantido por força de lei. Sua reinserção no currículo de nível médio já vinha se processando desde 1980, mas em caráter muito precário e instável [...]

Com isso, o ensino de filosofia, assim como o objetivo da própria disciplina no currículo escolar, cumpre a função de dialogar com ideias e possibilidades, oferecer caminhos para conduzir a aula a um espaço aberto aos questionamentos, às dúvidas, incertezas e descobertas, na medida em que os alunos possam também perceber as potencialidades de uma educação capaz de transformar e oportunizar um novo olhar da realidade.

### **Elementos Didáticos no Ensino de Filosofia**

Gallo (2012) propõe que, a partir da utilização de alguns elementos (sensibilização, problematização, investigação e conceituação), haja um direcionamento didático, a fim de que

o aluno consiga desenvolver sua intelectualidade e vivenciar a verdadeira experiência filosófica durante as aulas.

O processo de sensibilização ocorre pelo comprometimento afetivo com o tema a ser trabalhado, trata-se de fazer com que o aluno esteja aberto ao diálogo com determinado assunto, ao tema que o professor pretende transformar em problema. Nesse ponto, é desejável que se utilize recursos artísticos, citados por Gallo (2012, p. 96), e podendo ser “uma música, um poema, um quadro, um conto, um filme; ou mesmo um desenho animado, uma história em quadrinhos...”. É nesse momento que ocorre um movimento de aproximação do universo cultural dos alunos com seu cotidiano, e percebe-se a possibilidade em colocar determinados problemas de natureza filosófica no contexto da aula.

É justamente no momento da sensibilização que o uso do filme na sala de aula poderá gerar um maior impacto no Ensino de Filosofia, pois, quando utilizado como um recurso didático, poderá subsidiar o trabalho do professor e fazer com que o aluno sinta-se apto a deixar de lado seus preconceitos, concepções previamente estabelecidas, e passe então a dialogar com a nova proposta e temática colocadas naquele momento da aula.

Com a problematização no segundo passo, abre-se espaço para a transformação do tema em problema. A partir daí, consegue-se partir de um tema, transformá-lo em um problema e mostrar que ele conduz a determinadas interrogações, garantindo o movimento de se pensar a respeito deste problema. É esse movimento de ir em direção a pensar o problema, que possibilitará chegar ao conceito, portanto, chegar ao termo do processo da experiência filosófica. Para Gallo (2012, p. 97), “nessa etapa, estimulamos o sentido crítico e problematizador da Filosofia, exercitamos seu caráter de pergunta, de questionamento, de interrogação”.

A investigação se ocupa do terceiro passo, representando a busca por ferramentas conceituais que possam auxiliar tal processo. A partir do momento que já foi elaborado um problema filosófico, parte-se para a investigação filosófica propriamente dita, para o estudo, para o aprofundamento filosófico. E isso será feito através do texto filosófico. Sendo que, nessa etapa, como reforça Gallo (2012, p. 97) “[...] não é tomada como o centro do currículo, mas como um recurso necessário para pensar o nosso próprio tempo, nossos próprios problemas”, buscando-se nos diferentes filósofos e em diferentes textos, possibilidades de pensamentos e conceitos que tenham sido produzidos para fazer frente a problemas iguais ou parecidos com os nossos.

É válido ressaltar, neste aspecto, a importância da leitura de textos filosóficos, oferecendo condições para que o aluno consiga produzir uma conceituação sobre o problema buscado. E é por meio de alguns procedimentos que o aluno conseguirá decodificar o texto escrito e apreender a mensagem nele contida, criando a possibilidade de elaborar sua própria reflexão a respeito do tema abordado.

O último passo é a conceituação, por meio da qual se percebe a efetivação do ato filosófico propriamente dito, e que consiste na abordagem de determinados conceitos com o objetivo de que possam contribuir na resolução de um problema, no contexto em que o mesmo se encontra. Assim, recorre-se ao movimento da criação, ou seja, à experiência fundamentada do próprio pensamento.

Sobre o movimento de criação de conceitos, Gallo (2012, p. 98) ressalva:

Que fique claro então que a criação (ou recriação) do conceito não é uma tarefa impossível: não se cria no vazio, com base em nada; são os próprios [...] elementos constitutivos que nos darão a matéria-prima para nossa atividade de criação ou recriação a partir de nosso próprio problema.

Com isso, os elementos didáticos apresentados sugerem que o ensino de Filosofia possa ser focado na problematização, na criação de um problema filosófico, que perpassasse por um ensino de argumentação e investigação filosófica, e que, a partir disso, o aluno possa, por meio de ensaios da escrita filosófica, arriscar uma criação para a elaboração de conceitos.

Em se tratando de aspectos facilitadores do processo didático exposto, são necessárias duas ações principais que devem agir de forma indissociável para a autonomia intelectual, descritas por Rodrigo (2009, p. 25), como:

[...] criar mediações pedagógicas que facilitem o processo de aprendizagem; e promover a transição para a construção da capacidade de pensar por conta própria, de modo que o estudante consiga gradativamente, [...] construir, ele próprio, suas mediações com a Filosofia.

Quanto à possibilidade de se criar mediações pedagógicas, Cardoso e Toscano (2011) relatam que este é um aspecto favorecedor para que ocorra a ampliação das capacidades do aluno, sendo que para isso, o professor desempenhará um papel de suma importância, onde deverá propor atividades que possam agregar o conhecimento e contemplar o seu desenvolvimento humano. Dessa forma, a partir das mediações pedagógicas, é possível que o processo de pensar por conta própria vá criando uma forma específica e dê condições para que o aluno exerça sua autonomia intelectual.

Gallo (2012) indica que como forma de desenvolver a autonomia intelectual dos alunos, a ação docente poderá propor a execução de exercícios filosóficos, tais como a leitura de textos e a construção/reconstrução de conceitos, devendo ser entendidos como a possibilidade de ensinar ao aluno outra forma de pensar seus próprios problemas e os problemas do mundo, além das formas que ele já pensa. Sendo assim, ele é ensinado a pensar sobre estes problemas, e é ensinado a pensar moralmente, através das tradições do momento histórico que vivencia.

Portanto, o Ensino de Filosofia na escola deve cumprir o papel de fazer com que o aluno possa também “pensar filosoficamente”, isto é, ser capaz de procurar a verdade de tudo quanto existe com base em seus próprios princípios, a respeito dos seus problemas. E nesse caminho, pode-se possibilitar que, por meio de um pensamento filosófico, de uma disciplina filosófica do pensamento, ele possa vir a ver a realidade de outra maneira e tomar atitudes baseadas em critérios diferentes.

Aspis (2009) retrata que, o que se pretende mesmo é ensinar Filosofia, por mais diversa que seja a realidade do ensino no Brasil, e mesmo dentro de uma sala, com toda a diversidade encontrada. Com isso, é preciso repensar nos procedimentos referentes ao Ensino de Filosofia, para que possa atingir todos os alunos, de forma geral, até mesmo aqueles que não estejam minimamente interessados e que nunca pensaram na existência do conhecimento filosófico.

Assim, o aluno deve, pode e merece ter aula de Filosofia, para desenvolver as possibilidades de pensamento que essa disciplina pode proporcionar, pois também é por meio dela que se abre espaço para uma metodologia filosófica que possa ser capaz de dialogar com o conhecimento, com a reflexão e com a produção intelectual do aluno.

Dessa forma, além das características apresentadas, bem como das especificidades do seu ensino, deve-se levar em consideração que ela é um produto do pensamento, possibilita a experiência dialógica com as demais áreas do conhecimento e favorece as discussões surgidas no processo de ensino, aplicando-se, de forma conjunta, elementos didáticos próprios que possam subsidiar o trabalho docente em sala de aula.

### **Cinema na Sala de Aula: contexto educativo e filosófico**

Haja visto que o atual cenário educacional encontra-se em constante processo de formação e transformação, não é difícil percebermos a necessidade dos professores em buscar novas estratégias e formas de adequar o ensino à realidade dos alunos, utilizando-se para isso

de formas, métodos, materiais e recursos dos mais diversos possíveis, no intuito de que a aprendizagem possa ser contemplada.

Mesmo o Cinema sendo considerado um dos recursos didáticos que se faz presente nos ambientes escolares, sua apropriação na sala de aula ocorre de maneira progressiva, tendo em vista que pouco mais de um século após o seu surgimento, a utilização de filmes para fins pedagógicos ainda é um desafio para a educação.

Nesse sentido, é importante lembrar que o nascimento do Cinema ocorreu no final do século XIX quando os irmãos Auguste e Louis Lumière, em 1895, apresentaram o cinematógrafo no Salão Grand Café em Paris. Com as evoluções permitidas pelo tempo, o Cinema foi aderindo a uma variedade de linguagens compartilhadas com as demais artes, pois, segundo Thiel (2009, p. 16):

O cinema é conhecido como a sétima arte porque, além de suas características peculiares, associa elementos da literatura, da música, da arquitetura, das artes cênicas. Ao tratarmos da recepção, leitura e interpretação de filmes, é importante lembrarmos que esses são textos, tecidos com diversos elementos visuais, verbais, sonoros, arranjados de acordo com técnicas específicas. Portanto, os objetos fílmicos devem ser lidos e analisados a partir de suas especificidades, o que nos conduz à necessidade de conhecermos os elementos constitutivos da arte cinematográfica.

Thiel nos mostra que a interpretação fílmica é desencadeada por um conjunto de elementos que, quando associados, produzem significado e permite ao expectador a elaboração de um conceito. Nessa perspectiva, é preciso reconhecer o Cinema como uma nova linguagem a ser explorada para fins educativos, quando Napolitano (2009, p. 11) afirma que “o cinema pode ser considerado uma “nova” linguagem centenária, pois apesar de haver completado cem anos em 1995 a escola o descobriu tardiamente. O que não significa que o cinema não foi pensado, desde os seus primórdios, como elemento educativo”.

As possibilidades de uso do Cinema no processo educativo bem como levá-lo a se tornar um recurso que favoreça a compreensão de conteúdos, depende de como os professores direcionam as atividades de análise contidas nos filmes.

Almeida (2001, p. 29) comenta:

Embora o cinema já seja utilizado há algum tempo por muitos professores, pelo menos desde o final dos anos 1980, só mais recentemente estão surgindo algumas propostas mais sistematizada que orientem o professor. [...] Acreditamos que é possível, mesmo o professor não se tornando um crítico cinematográfico altamente especializado, incorporar o cinema na sala de aula e em projetos escolares, de forma a ir muito além do “conteúdo” representado pelo filme.



Ultrapassar o conteúdo exposto em um filme, é de certo modo, poder enxergar-se diante da história, comungar da ficção como se a mesma fosse real, porém, ao mesmo tempo, é preciso entender que apesar de o filme transparecer a realidade, o mesmo se constitui de um recorte do real com uma intencionalidade direcionada a um público, cabendo ao espectador criar seu próprio conceito de realidade a partir do seu “filtro” cultural, ideológico e valorativo.

Nessa perspectiva, Duarte (2009, p. 73) enfatiza que “o cinema é um instrumento precioso, para ensinar o respeito aos valores, crenças e visões de mundo que orientam as práticas dos diferentes grupos sociais que integram as sociedades”. Com isso, pode-se pensar que todos esses elementos se constituem em um importante processo para aproximar o aluno do meio em que vive e, também, fazer com que o professor perceba o caráter pedagógico do filme.

Para tanto, a linguagem cinematográfica possui inúmeras formas de abordagem e de adequações a serem pensadas no âmbito da educação escolar, desafiando o professor a identificar quando e como adaptar um filme ao conteúdo ou aprendizagem para que o mesmo esteja articulado à aula, ou seja, é preciso delinear as habilidades ou objetivos que deverão ser alcançados e organizar as ações que poderão ocorrer antes, durante e depois da exibição.

Sobre este aspecto, Napolitano (2009, p. 165) acrescenta:

Ao escolher um ou outro filme para incluir nas suas atividades escolares, o professor deve levar em conta o problema da adequação e da abordagem por meio de reflexão prévia sobre os seus objetivos gerais e específicos. Os fatores que costumam influir no desenvolvimento e na adequação das atividades são: possibilidades técnicas e organizativas na exibição de um filme para a classe; articulação com o currículo e/ou conteúdo discutido, com as habilidades desejadas e com os conceitos discutidos; adequação à faixa etária e etapa específica da classe na relação ensino-aprendizagem.

Thiel (2009, p. 13) complementa a ideia:

Nesse sentido, o professor atua como um mediador da leitura do filme em sala de aula e, com vistas a promover a fruição e também uma análise mais eficiente desse gênero, deve dialogar com os alunos sobre alguns elementos constitutivos do texto fílmico, propondo atividades variadas para que os alunos compreendam a obra como significativa.

Refletindo sobre as ideias de Napolitano e Thiel, ao se planejar as atividades que serão desenvolvidas, torna-se também essencial pensar no papel a ser desempenhado pelo professor como mediador da leitura do filme exibido, ou seja, propiciar um espaço aberto ao diálogo onde o aluno seja capaz, por si só, de relacionar a imagem em movimento com a

construção de seus próprios conceitos, fazendo com que a aprendizagem possa ser experienciada.

É nesse aspecto que o sentido filosófico também permeia o uso do cinema na sala de aula, quando, segundo Perissé (2009, p. 90), “a experiência estética nos faz perceber a variedade, a multiplicidade, a complexidade, as diferenças, as muitas verdades que nos rodeiam e solicitam nossa atenção”. Desse modo, é possível perceber a importância da experiência a ser vivenciada por meio de processos reflexivos mútuos entre professores e alunos estabelecidos na relação de ensino e de aprendizagem, pois:

Pensar o cinema é pensar a imagem e o conceito, visando colocar em evidência o sentido de uma obra e sua essência. O movimento que o cinema nos leva a fazer é um movimento de pensar e reflexionar as realidades que são projetadas para nós, ou despertadas, enquanto vemos a imagem, enquanto entramos na visualização da tela e dela retiramos algo: o sentido, a esperança, a dor, o lapso ou, até mesmo, a morte. [...] O cinema narra e faz com que nos elevemos no conceito de dizer e ver o que dizer; o cinema fala e, em sua fala, nos movimenta ao espaço da imaginação e da reflexão; o cinema educa e alcança a experiência do ensino-aprendizagem. (REDYSON, apud ALMEIDA; AGUIAR, 2010, p. 121).

Isso nos mostra que a relação empírica com o mundo, num determinado momento, nos conduz à produção de ideias a partir das experiências sensoriais, sendo que, ao assistirmos um filme, é possível refletir a respeito do mesmo e, ao mesmo, tempo criar conceitos por meio das imagens experienciadas ao longo da sua exibição, ou seja, o ato de pensarmos o cinema favorece a associação entre a imagem em movimento e a conceituação daquilo que podemos ver, ouvir e sentir.

É nesse momento que, segundo Cabrera (2006, p 21):

Um conceito-imagem é instaurado e funciona no contexto de uma *experiência* que é preciso *ter*, para que se possa entender e utilizar esse conceito. Por conseguinte, não se trata de um conceito externo, de referência exterior a algo, mas de uma *linguagem instauradora* que precisa passar por uma experiência para ser plenamente consolidada.

Ora, tal “linguagem instauradora” exposta por Cabrera consiste em aproximar saberes e realidades, oferecer ao aluno a possibilidade de participar e de se sentir parte de um todo, pois, no momento em que assiste ao filme, possibilidades imagéticas (ideias criadas a partir da imagem gerada pelo filme), ganham uma proporção amplamente criativa que perpassa pela imaginação e formação de novos conceitos, obtidos por meio da sensibilização experienciada naquele momento da aula. Para que este momento realmente seja produtivo, Moran (1995, p. 27-35) reforça a utilização principal do filme para sensibilizar o aluno, ao afirmar:

É, do meu ponto de vista, o uso mais importante na escola. Um bom vídeo é interessantíssimo para introduzir um novo assunto, para despertar a curiosidade, a motivação para novos temas. Isso facilitará o desejo da pesquisa nos alunos para aprofundar o assunto do vídeo e da matéria.

E é por meio da sensibilização que a criatividade do aluno deverá ser explorada e valorizada pelo professor no planejamento das aulas quando este utilizar filmes, pois, o intuito é que aquele momento seja visto como algo prazeroso e propício para novos conhecimentos e possibilidades, porque, para Silva (2007, p. 50) “os filmes são uma fonte de conhecimento e se propõem, de certa forma, a “reconstruir a realidade””, justificando que o tempo disponibilizado para a exibição não seja desprezado e possa envolver todos os alunos.

Sobre isso, Perissé (2009, p. 87) argumenta:

A palavra criativa é o melhor recurso de que o professor dispõe. Essa palavra abre espaço para a verdade do encontro, indo em direção ao outro ao mesmo tempo que encoraja o outro a assumir seu papel no jogo do aprender-ensinar. [...] A aula é encontro se houver espírito de infância, criação de situações que detêm o tempo.

Como expôs Perissé, o fato de se trabalhar com o filme na sala de aula deve ser um estímulo à criatividade, que por sua vez, transforma-se em uma situação propícia para a criação de conceitos, capacitando o aluno a desenvolver um processo de autonomia no que cerne ao entendimento e compreensão fílmica. Nessa direção, Veiverberg (2012, p. 76) afirma que “o filme é uma ferramenta didática, mas não apenas; é também um objeto cultural, que exige contextualização e justificação de seu uso”. Portanto, torna-se imprescindível pensar que o uso do cinema no ambiente escolar deverá contribuir não apenas como uma estratégia ao ensino, mas também a possibilidade de fortalecer o acesso à cultura.

### **Roteiros de Aula: planejando o uso de filmes**

Antes de discorrer sobre o que seria um roteiro de aula, é preciso lembrar o conceito de aula, pois quando planejada e articulada com o currículo, pode fazer com que a aprendizagem torne-se produtiva no contexto da ação docente.

Sobre o conceito de aula, Libâneo (1994, p. 45), lembra que:

[...] devemos entender a aula como o conjunto dos meios e condições pelos quais o professor dirige e estimula do processo de ensino em função da atividade própria do aluno no processo de aprendizagem escolar, ou seja, a assimilação consciente e ativa dos conteúdos.

Assim, quando uma aula é previamente organizada, torna-se possível para o professor pensar na elaboração de roteiros de aula com atividades de caráter educativo e que possam contribuir na compreensão dos temas abordados em sala, levando-se em consideração elementos norteadores referentes à sua disciplina, tais como: competências e habilidades e a relação com os conteúdos ou situações de aprendizagem descritas no currículo.

Sobre roteiro de aula, uma definição seria:

Roteiro de Aula, como o nome indica, corresponde a um caminho – um roteiro – que o aluno poderá seguir para acompanhar a aula, no respectivo ponto que está sendo ministrado. [...] É um *roteiro* que visa facilitar a caminhada no estudo daquele assunto específico. (MEYER, 2015, p. online)

Na formulação do roteiro de aula, faz-se necessário pensar no planejamento das atividades que serão propostas a partir da exibição dos filmes. Napolitano (2009, p. 79-87), sugere alguns procedimentos básicos:

**Fase 1: Planejando as atividades**

1. Pense no emprego do filme dentro de um planejamento geral;
2. Selecione uma sequência de filmes a serem trabalhados;
3. Antes de trabalhar com o filme em sala de aula, procure algumas informações básicas;
4. Procure conhecer a cultura cinematográfica da classe.

**Fase 2: Analisando o filme**

1. Não inicie o trabalho de análise exibindo o filme em classe;
2. Forneça um roteiro de análise para os alunos;
3. Selecione, se for preciso, textos de apoio;
4. Forme grupos de discussão com base nos relatórios;
5. Organize uma síntese da discussão grupal, relacionando-a com o conteúdo trabalhado.

A partir dos procedimentos indicados por Napolitano, é importante lembrar também que um roteiro de aula não pode ser considerado um recurso isolado, apenas do ponto de vista pedagógico. Ele deve ser pensado também do ponto de vista motivacional, ou seja, um instrumento a mais para que o professor possa motivar o aluno e estimular a sua aprendizagem, preparando-o para novas experiências educativas.

Piletti (2013, p. 31-32), confirma:

Todo o esforço do professor será completamente inútil se o aluno não estiver interessado em aprender. [...] Motivar significa predispor o indivíduo para certo comportamento desejável naquele momento. O aluno está motivado para aprender quando está disposto a iniciar e continuar o processo de aprendizagem, quando está interessado em aprender determinado assunto [...].

Nessa perspectiva, segundo Piletti, a motivação educacional deve manter uma relação intrínseca com o desejo de aprender e, nesse caso, seria interessante que o professor conhecesse a realidade fílmica dos alunos por meio de uma pesquisa prévia, para que posteriormente selecione filmes que atendam as expectativas dos mesmos e favoreça o empenho na realização das atividades.

Veiverberg (2012, p. 76), enfatiza:

Cada indivíduo desenvolverá uma compreensão diferente dos elementos presentes na obra fílmica, ou seja, o aluno espectador do filme é um agente, não passivo, dede que haja um impacto e uma *interpretação pessoal* e que ela possa ser compartilhada, seja através da fala, da escrita ou de algum tipo de produção.

Concordando com Veiverberg, (NAPOLITANO, 2009, p. 82), reforça que “qualquer que seja o tipo de exibição escolhida pelo professor, é de fundamental importância a elaboração de um roteiro de análise”. Assim, o roteiro de aula poderá contribuir ativamente para que o professor possa direcionar o olhar do aluno durante a exibição do filme, fazendo com que cada qual possa chegar a uma interpretação própria, porém, vinculando-o a um propósito comum relacionado ao assunto e disciplina trabalhados na aula, nesse caso, à Filosofia.

Veiverberg (2012, p. 77) também destaca que “uma aula de Filosofia que se vale do recurso fílmico não pode perder o seu caráter de aula e o seu objetivo de que nela ocorra ensino e aprendizagem”. Dessa forma, é possível observar que a estrutura dos roteiros de aula apresentada no quadro 1 se constitui em três partes principais: informativa, interpretativa e formativa, a serem contempladas a partir da exibição de um filme.

Quadro 1 – Estrutura dos Roteiros de Aula

Momentos e Elementos		Objetivos
1	<b>ANTES</b> <b>Parte Informativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecer informações básicas do filme:               <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ficha Técnica</li> <li>✓ Sinopse</li> <li>✓ Personagens Principais (Elenco)</li> </ul> </li> </ul>
2	<b>DURANTE</b> <b>Parte Interpretativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direcionar o olhar do aluno para aspectos importantes do filme por meio de questões que o levem a refletir filosoficamente através dos quatro passos didáticos propostos por Gallo (2012):               <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sensibilização</li> <li>✓ Problematização</li> <li>✓ Investigação</li> <li>✓ Conceituação</li> </ul> </li> </ul>
3	<b>DEPOIS</b>	

<b>Parte Formativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referenciar o conteúdo ou tema trabalhado no Currículo de Filosofia a ser desenvolvido a partir do filme exibido, podendo utilizar: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Material de Apoio ao Currículo</li> <li>✓ Livro Didático</li> <li>✓ Atividade Complementar ao Filme</li> </ul> </li> </ul>
------------------------	--

Fonte: Organizado pelos autores, a partir de elementos sugeridos por (NAPOLITANO, 2009, p. 82).

## Considerações Finais

A inserção da Filosofia nos currículos escolares, bem como o espaço concedido à mesma passou e ainda passa por diversos percalços na educação brasileira, na busca de estratégias que possam favorecer o aprimoramento do seu ensino, que por sua vez, quando apoiado por elementos didáticos, pode orientar o seu estudo, perfazendo os momentos de sensibilização, problematização, investigação e conceituação. Para tanto, a experiência do cinema na sala de aula pode-nos parecer algo mágico, mas também se tornar uma prática vazia caso o seu uso não seja planejado.

Nesse caso, acreditamos que a elaboração dos roteiros de aula possa contribuir de maneira positiva para o Ensino de Filosofia, quando este considerar em sua estrutura as partes: informativa (conhecer o filme que será exibido), interpretativa (sensibilizar, problematizar, investigar e conceituar por meio de questões filosóficas) e formativa (explorar as potencialidades didáticas do filme apoiadas no desenvolvimento de habilidades do currículo e estimular a criatividade dos alunos através de atividades diversificadas).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. São Paulo: Cortez, 2001.

ASPIS, Renata Lima; Gallo, Sílvia. **Ensinar Filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Lei n.º 11684 de 2 de junho de 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer n.º 38 de 7 de julho de 2006**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CABRERA, Julio. **O cinema pensa**: uma introdução à filosofia através dos filmes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

CARDOSO, Leila Aparecida Assolari; TOSCANO, Carlos. A mediação pedagógica na sala de aula: o papel do professor na construção do conhecimento. In: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 13466, 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5829\\_2776.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5829_2776.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.

HORN, Geraldo Balduino. A presença da filosofia no currículo do ensino médio: uma perspectiva histórica. In: GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar (Orgs.). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 17-33.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MEYER, Lucia Luz. **Lucia Meyer Website**: roteiros de aula. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/meyerlucia/home>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, n. 2, p. 27-35, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36131/38851>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

PERISSÉ, Gabriel. **Estética & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

PILETTI, Nelson. **Aprendizagem**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2013.

PUPIN, Eloy. **Trajetórias do ensino de filosofia no Brasil**: rupturas e continuidades. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto-SP, 2006. Disponível em: <<http://www.mestradomouralacerda.com.br/dissertacao/100/Trajet%F3rias-do-ensino-de-Filosofia-no-Brasil%3A-rupturas-e-continuidades>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

REDYSON, Deyve. A versão cinematográfica do Fausto de Goethe do *Opus Summum* ao cinema mudo. In: ALMEIDA, Jorge Miranda de; AGUIAR, Itamar Pereira de. (Orgs.). **Filosofia, Cinema & Educação**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. p. 121-132.

RODRIGO, Lúcia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o ensino médio. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, Roseli Pereira. **Cinema e educação**. São Paulo: Cortez, 2007.

THIEL, Grace Cristiane. **Movie takes**: a magia do cinema na sala de aula. Curitiba: Aymar, 2009.

VEIVERBERG, Fernanda de Oliveira. Cinema e Filosofia. In: TOMAZETTI, Elisete M. (Org.). **Filosofia no ensino médio**: experiências com cinema, teatro, leitura e escrita a partir do PIBID. São Leopoldo: Oikos, 2012.